ABES, Gilles Jean; CUBAS, Caroline Jaques. Por uma ética da resistência: a História na História da Tradução. *Revista Belas Infiéis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-18, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36258
Recebido: 29/01/2021 Aceito: 28/08/2021 Publicado: 17/11/2021

POR UMA ÉTICA DA RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA NA HISTÓRIA DA TRADUÇÃO[1]

AN ETHICS OF RESISTANCE: HISTORY IN THE HISTORY OF TRANSLATION

Gilles Jean ABES
Professor adjunto
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
http://lattes.cnpq.br/0085378273067848
https://orcid.org/0000-0001-9063-1997
gillesufsc@gmail.com

Caroline Jaques CUBAS
Professora associada
Universidade do Estado de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Departamento de História
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
http://lattes.cnpq.br/8047265228290870
https://orcid.org/0000-0001-5411-6824
caroljcubas@gmail.com

Resumo: O principal objetivo do presente artigo é apontar possíveis lugares da História na História da tradução. Mais especificamente, queremos evidenciar em que consiste o ofício do historiador na História da tradução. Com base em Certeau (2002), Bloch (2001), Burke e Hsia (2009), Kosellek (2006, 2013), ou ainda Loraux (1992), entre outros, reforçamos que os sentidos do que vem a ser a "História" são acessados apenas através da identificação de questões teóricas e epistemológicas constitutivas do campo em questão. Em seguida, analisamos a prática historiográfica na História da tradução estabelecendo a historicidade do gesto tradutório de quatro tradutores: Charles Antoine, Antoine Berman, Carlos Drummond de Andrade e Francisco de Quevedo y Villegas. Finalmente, a partir de Berman (2002), Petry (2016), Cardozo (2013, 2018), Ricoeur (2011), ou ainda Crary (2016), associamos os gestos desses tradutores a uma ética da resistência tendo em vista a concepção da tradução como relação privilegiada com o tempo.
Palavras-chave: História. Tradução. Ética. Resistência. Tempo.

Abstract: The main objective of this article is to point out possible positions of History in the History of translation. More specifically, we want to show what the historian's craft in the History of translation consists of. Based on Certeau (2002), Bloch (2001), Burke (2009), Kosellek (2006, 2013), or Loraux (1992), among others, we reinforce that the meanings of "History" are accessed only through the identification of theoretical and epistemological issues constituting the field in question. Then, we analyse the historiographical practice in the History of translation, establishing the historicity of the translating gesture of four translators: Charles Antoine, Antoine Berman, Carlos Drummond de Andrade and Francisco de Quevedo y Villegas. Finally, from Berman (2002), Petry (2016), Cardozo (2013, 2018), Ricoeur (2011), or Crary (2016), we associate the gestures of these translators with an ethics of resistance in view of the conception of translation as a privileged relationship with time.
Keywords: History. Translation. Ethics. Resistance. Time.

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

> Para além das ondas de telhados, vejo uma mulher madura, já enrugada, pobre, sempre debruçada em alguma coisa, e que nunca sai. Com sua expressão, sua roupa, seu gesto, com quase nada, reconstruí a história dessa mulher, antes ainda, sua lenda, e algumas vezes a conto a mim mesmo enquanto choro.
> Se fosse um pobre velho, eu a teria reconstruído com a mesma facilidade.
> E vou me deitar, orgulhoso por ter vivido e sofrido em outros que não eu mesmo.
> Talvez vocês me questionem: "Tem certeza de que essa lenda seja a verdadeira?". Que importa o que é ou deixa de ser a realidade situada fora de mim, se ela me ajudou a viver, a sentir que existo e o que sou?[2]
>
> —Charles Baudelaire

A definição de um objeto que resulta evidente tem o mérito da simplicidade. Todavia, comenta Gérard Genette (1966), seu principal inconveniente é o de nos encerrar nessa simplicidade e, logo, de mascarar o que justamente oferece problema e dificuldade, apagando, de certo modo, as próprias condições de existência daquele objeto. Esta observação que Genette faz sobre as fronteiras da narrativa ficcional também é pertinente para a narrativa histórica. Abordar os domínios da História, da Tradução ou ainda da História da tradução requer despir-se do sentimento equivocado da obviedade.

Buscamos aqui desconstruir essa aparente evidência do que vem a ser o ofício do historiador, pois não se trata apenas de se voltar para o passado e "apresentá-lo" como se fosse um objeto invariável no tempo que bastaria descrever. Assim, no campo da História da tradução, um levantamento de traduções, por exemplo, por si só ainda não constitui o gesto de um historiador; por mais trabalhoso que seja e por mais mérito que tenha, não basta para afirmar que se trate de uma pesquisa historiográfica. Os documentos e dados coletados, selecionados, classificados, continuam de certa forma inertes e mudos. Não basta dá-los a ver. Para insuflar-lhes vida, é preciso fazê-los *falar*, que ganhem *voz* graças à análise e às ferramentas do historiador. Em suma, uma narrativa deve ser engendrada a partir desses elementos coletados e interpretados pelo pesquisador, uma narrativa do passado que busque tornar *estranho* o presente para melhor apreender seus meandros.

É exatamente como procede Antoine Berman (2017) em seu artigo "A terra ama e a borda estrangeira: uma arqueologia da tradução na França." Para entender e evidenciar a questão da tradução na França na década de 80 do século passado, precisa desnaturalizá-la, estranhando-a a partir de uma ótica de historiador. Esta se dá com a análise da obra de Joachim du Bellay, observando, mais especificamente, a relação do poeta com a tradução e a língua materna. Berman interpreta e confronta essa relação numa tensão entre tempos para elaborar uma narrativa possível da situação da tradução em sua época.

ABES, Gilles Jean; CUBAS, Caroline Jaques. Por uma ética da resistência: a História na História da Tradução. *Revista Belas Infiéis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-18, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36258

Não se trata aqui de definir esses campos específicos, intenta-se principalmente pensar o impacto da historicidade na tradução. Analisamos assim a prática historiográfica na História da tradução estabelecendo a historicidade do gesto tradutório de quatro tradutores: o padre Charles Antoine, Antoine Berman, Carlos Drummond de Andrade e Francisco de Quevedo y Villegas. Para tanto, apresentamos a seguir algumas considerações a respeito da História como campo de conhecimento, através de um exercício de interlocução com os Estudos da Tradução. Buscamos, por meio deste exercício, os lugares da História na História da Tradução, partindo de uma percepção hoje considerada elementar sobre o estudo da História: a ideia de que a "história é a ciência dos homens [acrescentaríamos aqui 'e das mulheres'] no tempo" (Bloch, 2001, p.55). Este pressuposto guiará nossa reflexão. A partir desses quatro casos de tradutores (Antoine, Berman, Drummond, Quevedo), tecemos uma reflexão acerca de diferenças da tradução (do ato de traduzir), apontando uma ética da resistência,[3] numa abordagem sincrônica e diacrônica. É no vislumbre de um outro tempo que se pode compreender um tempo outro.

Sobre História e Tradução

De acordo com Peter Burke, o campo da História da Tradução se configura no fim dos anos 70 e início dos 80, quando a História passa a figurar de forma relevante no trabalho de estudiosos e estudiosas da Tradução.[4] A este movimento Burke (Burke & Hsia, 2019, p. 9) denomina "virada histórica". Ainda que o campo, apesar de relativamente recente, conte já com uma quantidade substanciosa de trabalhos, enfrentemos a aparente obviedade: tratar de História da Tradução requer algum conhecimento sobre História e algum conhecimento sobre Tradução. As zonas cinzentas da afirmação óbvia estão contidas, creio, nos substantivos próprios "História" e "Tradução", que podem ser tomados como conceitos evidentes. Tal pressuposição de evidência camufla processos e metodologias. Encobre toda uma bagagem temporal e semântica que é justamente aquilo que dá concreticidade aos conceitos. É preciso, assim, pensar a História e a Tradução através dos elementos e das práticas que as constituem e que ganham sentido no tempo.

É apenas na transição do século XVIII para o XIX que a História se consolida como ciência e tem seu conceito constituído por uma pluralidade de acepções. Segundo o historiador Reinhart Koselleck (2013, p. 119), no capítulo "A configuração do moderno conceito de História" na obra *O conceito da História*, o termo, por um lado, é profundamente marcado pela ideia de um coletivo singular,[5] na medida em que "todas as histórias" (soma das histórias individuais), conformam a "História". Por outro, "trata-se da fusão de 'História' (como

conjunto de acontecimentos) e '*Historie*' (como conhecimento, narrativa e ciência históricos)." Há uma percepção corriqueira que equaliza História e Passado: História como um tempo passado. Mas, para acessar esse tempo, é preciso um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos que conformam a Ciência Histórica – cujo resultado é expresso majoritariamente através de narrativas as quais chamamos, igualmente, história(s).

Cada um desses sentidos mereceria, certamente, uma digressão. Não é esta, porém, nossa intenção. Gostaríamos de assinalar que esta proposição já foi realizada por Mauricio Cardozo (2018, p.150) quando afirma que um trabalho em uma perspectiva histórico-historiográfica da tradução imprescinde de um entendimento acerca dos limites e possibilidades das concepções contemporâneas de História e dos sentidos contemporâneos conferidos à prática historiográfica.

Assumindo que a História, tal qual a Tradução, é um campo de conhecimento que se constitui em um tempo, que é formado pelas tensões deste tempo – e igualmente, tensões entre tempos – acreditamos que os sentidos ressaltados por Cardozo podem ser acessados apenas através da identificação de questões teóricas e epistemológicas constitutivas do campo em questão. Estas, é preciso ressaltar, não são monolíticas. Mudam. Transformam-se. Contestam e tensionam os princípios mesmos que fundamentaram sua constituição. Com isso queremos dizer que a forma com fazemos história hoje tem, também, historicidade.

Histórias de Tradutores: Quatro Casos

Iniciamos, então, com a apresentação de quatro casos. Quatro histórias de pessoas que, com maior ou menor fama, em momentos diferentes, e por motivações distintas, dedicaram-se à tradução. São eles: o padre Charles Antoine, o tradutólogo Antoine Berman, e os autores Francisco de Quevedo y Villegas e Carlos Drummond de Andrade. A observação de suas incursões pelo mundo da tradução nos possibilitará pensar de forma detida sobre dois aspectos fundamentais do exercício de escrita da história: a atenção ao contexto e as relações com o tempo. São estes dois elementos, a partir dos quatro casos, que nortearão nossa reflexão sobre a tradução como possibilidade de resistência.

Charles Antoine

O padre Charles Antoine nasceu na França, em 1929, e veio ao Brasil em 1964, na condição de *Fidei Donum*,[6] atuar junto à Arquidiocese de São Paulo. Permaneceu no Brasil durante cinco anos e experienciou uma realidade que qualificava como "cativante", "densa",

"apaixonante", "estimulante", "arriscada".[7] Quando retorna à França, em 1971, funda, com a colaboração de colegas, o boletim informativo *DIAL*, cuja sigla pode ser traduzida – em português – como "Difusão de Informação sobre a América Latina".

A elaboração, publicação e divulgação do *DIAL* tinha como objetivo primeiro servir como testemunho e tornar de amplo conhecimento da comunidade francófona aquilo que ocorria no Brasil e em diferentes países da América Latina. Para tanto, Antoine trabalhava exaustivamente na leitura, seleção e organização das notícias e documentos referentes a repressão para, posteriormente, traduzi-los e publicá-los no boletim. Permaneceu no conselho diretivo do informativo até os anos 90.

Antoine Berman

Antoine Berman – conforme nos conta Simone Petry (2016, p. 110) em sua tese de doutoramento – viveu na Argentina entre os anos de 1970 e 1976. Nestes, pôde experienciar de forma bastante vívida o retorno do peronismo ao governo, a volta de Juan Perón do exílio e a destituição de Isabelita Perón. Esta última ocorrida em 1976, ano fatídico de um novo golpe que resultou na instauração de uma ditadura. Foi neste contexto de repressão que Berman acompanhou as notícias do desaparecimento de vários de seus companheiros, os quais eram ativistas do movimento peronista e, possivelmente por isso, perseguidos.

A percepção de que parte da imprensa francesa, a partir de uma atitude compreendida como etnocêntrica, parecia favorável ao golpe militar impeliu Berman e sua companheira Isabelle Garma à publicação do texto *Trente ans de luttes nationales*,[8] no qual tratam da formação histórica do movimento peronista. Este, é válido dizer, foi ressaltado por seu teor oposicionista e por uma sorte de caráter formativo, destacado pelos autores. Ainda conforme Petry (2016, p. 114), para além de outras questões, é esta experiência argentina, aliada ao estudo entusiástico do movimento romântico, que nos ajuda a entender que, para Berman, a tradução será o melhor meio enquanto promoção de revolução.

Quevedo

Francisco de Quevedo y Villegas vivia entre livros. Seu biógrafo, Pablo de Tarsia, conta que ele costumava mandar construir vários instrumentos que auxiliavam sua leitura nas horas mais inusitadas. Como parte de sua formação humanística, além dos comentários de textos poéticos e retóricos, era bastante recorrente o exercício da tradução (também como *emulação*).

No caso de Quevedo suas escolhas tradutórias causavam, por vezes, certa consternação quanto aos métodos e sua aparente vontade de intervenção (B. Távora, 2016).

Drummond

Carlos Drummond de Andrade, ao publicar *O Observador no Escritório*, nos convida a visitar escritos que, segundo ele, foram gerados por um impulso de traduzir, cujo resultado, em princípio, não implicava em nenhuma obrigação de publicação. Eis o que nos diz Drummond (2006, p. 29) no dia 26 de agosto de 1944:

> Ainda às voltas com a tradução de *Les Liaisons Dangereuses*, de Laclos, trabalho que empreendi pelo suposto prazer de traduzir, sem encomenda de editor. Que problema, escrever novamente um livro alheio! E que pretensão... Não sei o que mais padece neste jogo, se o pensamento do autor, se as palavras que o vestem. Para dizer a verdade, as traduções deviam ser proibidas, como moeda falsa.

A revelia das inquietações expressas, acabou publicando sua tradução, *As relações perigosas*, em 1947 pela editora Globo. E não foi a única.[9]

Charles Antoine, Antoine Berman, Francisco de Quevedo e Carlos Drummond de Andrade habitaram tempos distintos. Cada um vivia em seu presente, atribuindo diferentes sentidos aos seus passados e nutrindo (ou não) perspectivas a respeito do futuro. Apesar do tempo e lugares que os separam, das formações, condições e motivações diversas, há uma aproximação possível: Antoine, Berman, Quevedo e Drummond traduziram. Depararam-se com textos "alheios" e, por meio de novas palavras, em uma língua outra, deram aos mesmos uma nova vida. Isto não quer dizer, porém, que, ao traduzirem, faziam o mesmo.

Lugares da História na História da Tradução

Em "A operação historiográfica", Michel de Certeau (2002) questiona-se acerca do que fabrica o historiador quando faz história. Ainda que na ocasião tomasse a própria escrita da história como objeto de análise, sua afirmação de que "o gesto que liga as 'ideias' aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador" (Certeau, 2002, p.65) vem ao encontro de nossa reflexão. Pensando acerca das breves narrativas acima apresentadas, apesar do elo indicado – a presença da tradução – ser, em princípio, o mesmo, as histórias descritas permitem-nos afirmar, igualmente, que, ao traduzir, os sujeitos citados não incidiam o mesmo ato. Isso porque

tal ato, para ser compreendido a partir de uma mirada histórico-historiográfica, não pode ser dissociado de seu local de produção e de seu contexto. Falemos, portanto, por um momento, acerca da relevância de se atentar a isto que chamamos "contexto" e, para tanto, voltemos às histórias.

Os dois "Antoines" (Charles e Berman) compartilham algo mais além do nome e da atividade tradutória: ambos vivenciaram a implementação de governos ditatoriais na América Latina, na segunda metade do século XX. Tal situação pode sugerir a percepção de que compartilhavam o mesmo contexto. É uma conclusão enganosa porque parte do princípio de que a história é uma narrativa objetiva e totalizante acerca do passado. Como se a expressão "ditaduras latino-americanas na segunda metade do século XX" fosse autoexplicativa e trouxesse consigo elementos suficientes para se compreender as experiências vividas por Charles Antoine e Antoine Berman. O contexto não é um recorte estável no tempo. Não é um dado. Não é um passado fixo com valor explicativo, dentro do qual identificamos objetos de pesquisa. Ele é, antes, parte incontornável da *operação* que nos permite alocar certas experiências em diálogo com seu tempo/espaço. O contexto precisa ser compreendido em sua historicidade. Ele é *construído* pelo pesquisador a partir do objeto de pesquisa em questão. É a construção de uma narrativa de um tempo realizada em um tempo outro.

No caso de Antoine Berman, por exemplo, a relevância da experiência na Argentina para sua forma de pensar a tradução não é determinada por elementos apriorísticos a respeito do recorte temporal em questão. Não é suficiente saber que Berman viveu na Argentina na primeira metade da década de 70 para entender sua afirmação sobre a tradução como possibilidade de revolução. A informação é relevante, mas ainda excessivamente ampla. É necessário se aproximar ao máximo de elementos consistentes sobre as marcas dessa vivência, sobres as redes estabelecidas, sobre os espaços de circulação. É através deste jogo de escalas analíticas, nos termos de Jacques Revel (na perspectiva da Micro-história[10]), que tal contexto se torna suficientemente significativo. De maneira similar, o fato de viver no Brasil quando da implementação da ditadura, em 31 de março de 1964, não nos traz elementos suficientes para analisar as escolhas de Charles Antoine, no que se refere à tradução como forma de denúncia.

Ambos estavam na América Latina na segunda metade do século XX. Ambos traduziam – textos diferentes, é importante frisar. Ambos assumiram o caráter insurgente da tradução. O sentido e a centralidade atribuídos a ela, eram, todavia, bastante distintos. Para Charles Antoine, a tradução era o instrumento possibilitador de suas denúncias. Sabia das atrocidades que ocorriam na América Latina e, através da tradução, buscava difundir ao máximo tais

informações. Para Antoine Berman, a resistência se realizava no cerne e numa certa concepção de tradução que era o lugar mesmo de combate aos posicionamentos etnocêntricos que tanto o incomodaram durante sua estadia argentina. Ainda que alocados em um mesmo tempo, viviam e reagiam a esse tempo de forma diferente.

É interessante notar que a percepção das particularidades e das relações que constituem os contextos, nestes casos, mostram não apenas que a tradução assumia sentidos diferentes mas que igualmente diversificadas eram as próprias possibilidades de manifestação da resistência. O contexto, portanto, não determina o sentido do ato tradutório – afinal outros aspectos precisam igualmente ser considerados –, mas nos ajuda a acessá-lo de forma mais densa.

Além de considerar as complexidades e especificidades do contexto, em um trabalho que propõe articular procedimentos historiográficos, é preciso sempre atentar ao tempo. Se buscamos respostas no século XVI/XVII ou no XX, é preciso assumir que as perguntas são feitas no século XXI, com base nas inquietações do XXI. Com maior ou menor distanciamento, ambas exigem o exercício de um certo "anacronismo controlado", conforme nos indica Nicole Loraux (1992).

O anacronismo é um conceito bastante recorrente entre aqueles e aquelas que se dedicam ao estudo da história. Rechaçado, durante muito tempo, como pecado mortal (Rancière, 2011), a ideia de anacronismo abarca algumas possibilidades e se impõe como ferramenta heurística em alguns campos – como as proposições de Georges Didi-Huberman (2015) para a História da Arte, por exemplo. O debate sobre o anacronismo é amplo, controverso e, por isso, não nos cabe aqui estendê-lo. É relevante, para nossos propósitos, pensar com Nicole Loraux quando esta sinaliza para a possibilidade de uma prática controlada. Esta implica na consciência e na constante vigilância dos limites de nossa aproximação com aquilo que, hoje, consideramos passado. Nossas perguntas do presente nos levam a diferentes tempos. Diante disto, é preciso assumir, de antemão, que as nossas motivações e aquilo que é relevante hoje, não o era necessariamente em um tempo outro. As interrogações que fazemos ao passado não eram postas por aqueles que o vivenciavam, quando era presente. Neste ir e vir, é preciso considerar que "nenhuma identificação com sentido único é duradouramente possível" (Loraux, 1992, p. 64).

O deslocamento entre tempos, entre outras coisas, nos permite pensar a complexidade de nosso próprio tempo, estranhando-o. Desnaturalizando-o. Fazendo-nos contemporâneos, na acepção de Agamben (2014, p. 22), para quem a contemporaneidade implica em uma "relação singular com o próprio tempo, que adere a ele e, ao mesmo tempo, toma distância dele."

Poderíamos ensaiar aqui uma aproximação com o que aponta Paul Ricoeur no texto "Desafio e Felicidade da tradução," em *Sobre a tradução*. Ao tratar de questões como a resistência à tradução e a intraduzibilidade, Ricoeur (2011, p. 28), em um certo momento, afirma:

> [...] esse sonho não foi inteiramente enganoso, pois ele encorajou a ambição de trazer à luz a face oculta da língua de partida da obra a traduzir e, reciprocamente, de desprovincializar a língua materna, convidada a se pensar como uma língua entre outras e, até mesmo, perceber a si-mesma como estrangeira.

A operação historiográfica atua de maneira similar. O passado, tal qual ocorreu, é inapreensível. Ainda assim, a ciência histórica nos permite acessar elementos pouco evidentes a respeito do passado e, por meio deles, "estrangeirizar" nosso presente para melhor nos familiarizarmos com o nosso espaço e o nosso tempo, melhor apreendê-lo, para não apenas passarmos por ele, mas atuarmos efetivamente no mundo. É preciso compreender que as questões que nos levam ao passado não encontrarão lá uma resposta, mas serão adensadas, ressignificadas, recolocadas no trajeto de volta ao presente. Tal movimento pode ser exemplificado, no presente trabalho, por um aspecto pontual das relações que Drummond e Quevedo estabeleciam com o ato tradutório. Outras análises poderiam ser elaboradas com base em diferentes elementos do contexto e da vida desses tradutores.

Assim, é possível afirmar que, tanto para um quanto para o outro, a tradução era um exercício. Este, porém, assume sentidos bastante distintos se pensados em relação ao tempo em que são praticados. Carlos Drummond de Andrade se impôs a tarefa de traduzir *As Relações Perigosas*, de Laclos. Segundo ele, não havia encomenda e não era seu ofício. Não obstante, sua tradução acabou sendo publicada e malgrado suas inquietações e a condenação sem apelo que promulgou a respeito da tradução, voltou a traduzir,[11] colocou-se à prova (Ricoeur, 2011, p. 22).

Francisco de Quevedo, por sua vez, era um estudioso inveterado. Acreditava, conforme carta enviada a dom Sancho de Sandoval, que o estudo era o caminho para a grandeza. Como outros tantos estudiosos que coabitavam seu tempo, Francisco de Quevedo traduzia. A tradução era, à época, prática bastante recorrente de uma formação humanística, assim como os comentários de textos poéticos e retóricos. Não é possível saber os desafios que assolavam Quevedo em seu exercício. A forma como se relacionava com ele, porém, é explicitada e, certamente, nos apresenta uma realidade bastante distinta daquela experienciada por

Drummond. Em texto datado de 1609 destaca, a respeito de suas traduções: "Não há número para contar os gloriosos escritores de Espanha [...] e entre esses autores (parece ousadia, ou é temeridade) nomeio a Anacreonte melhorado em castelhano por mim e a Focílides, na parte grega [...]" (B. Távora, 2016, p.17).

Dizer que as diferentes formas de se colocar diante do ato tradutório é resultado exclusivo da singularidade de cada um dos autores é desconsiderar as especificidades do tempo em que cada um está inserido. Esta afirmação levar-nos-ia a avaliar ambos a partir de valores compartilhados em nosso presente (o que seria o mesmo que incorrer no anacronismo descontrolado e pecaminoso, citado há pouco). Dedicar-se à tradução como exercício no século XVII era, definitivamente, diferente de dedicar-se a ela na primeira metade do século XX. Da mesma forma, o exercício tradutório praticado na primeira metade do século XX adquire outros significados no tempo presente. Certamente, cada um desses contextos exigiria um estudo mais atento, mas nosso intuito é estabelecer uma reflexão a partir de questões que identificamos. Nos quatro casos, dentre os inúmeros elementos que poderíamos considerar, chamou-nos a atenção a relação com o tempo que nos leva, finalmente, à ideia de tradução como resistência.

A Tradução e uma Ética da Resistência

Não é despropositado pensar que Carlos Drummond de Andrade, em seus tempos de escola, era submetido a exercícios de tradução para os estudos de idiomas estrangeiros. Na chamada República Velha, particularmente nos Colégios Jesuítas (como o Colégio Anchieta frequentado por Drummond) a tradução era um válido recurso metodológico para o estudo de idiomas – especialmente aqueles cujo domínio atribuía certo status distintivo. Esse exercício de tradução para o estudo de uma língua é diferente dos exercícios praticados por Quevedo, para quem a tradução possibilitaria o acesso a obras de "valor". O domínio do idioma não era, aqui, o objetivo do exercício tradutório. Do contrário, Quevedo fora inclusive ironizado por Gôngora, ganhando um soneto cujo título primeiro era "*A Don Francisco de Quevedo que quiso traducir un libro en griego, que no entendia*"[12] (B. Távora, 2016, p. 17).

É igualmente diferente o ato tradutório realizado por Drummond em seus tempos de escolarização, para o estudo de línguas, da prova à qual ele mesmo se impôs, quando da tradução de Laclos. A tradução como método para o estudo de línguas, no Colégio Jesuíta, está inserida em uma lógica de utilização produtiva do tempo para a ascensão social, para a distinção. A presença curricular de exercícios de tradução se justificava por implicar em um

método de acesso a conhecimentos socialmente válidos. A tradução, neste caso, não tinha um "valor em si". Era um meio.

Quando escolhe traduzir *As Relações Perigosas*, por outro lado, Drummond, se confiarmos em suas próprias palavras, não tem uma finalidade para além do próprio exercício tradutório. Não há contrato assinado, não há demanda editorial. Há o interesse em traduzir "pelo suposto prazer em traduzir". A reivindicação deste tempo e a centralidade dada ao ato tradutório conformam a (não) finalidade do exercício, ao menos não uma finalidade apriorística externa ao exercício.

Carlos Drummond de Andrade e Francisco de Quevedo habitavam tempos e lugares absolutamente distintos. Ao olharmos para os dois, considerando as especificidades de seus contextos, a tradução, para ambos, pode manifestar um sentido similar: ambos recorriam a sua prática como forma de exercício. Esta aproximação artificial obriga o pesquisador ou pesquisadora a uma atitude metodológica distinta daquela assumida quando observamos os sentidos da tradução para os dois "Antoines". Lá, apesar das proximidades quanto ao espaço e ao tempo, notamos sentidos diferentes sendo atribuídos ao ato tradutório. É importante notar que, em termos metodológicos, analisar os sentidos da tradução como possibilidade de resistência através das ações de Antoine Berman e Charles Antoine faz-se possível em uma aproximação sincrônica aos eventos históricos. Ou seja, apenas se pensarmos estes eventos em relação ao tempo em que ocorrem. É também através da sincronia que podemos observar algumas mudanças nos sentidos destes atos tradutórios, ainda que o tempo que nos separe deles seja relativamente breve. No caso de Charles Antoine, a tradução de matérias jornalísticas e documentos para divulgação no mundo francófono passava por tentativas de denúncia, por atos possíveis em reação ao presente que se apresentava. Ao qualificarmos esse ato como uma forma de resistência, precisamos estar conscientes de que isso implica em um exercício de interpretação que assume a multiplicidade de possibilidades abarcada pelo conceito nos dias de hoje. Assim como "história" e "tradução", o conceito de "resistência" também sofre(u) alterações com o tempo. De maneira similar, não é despropositado afirmar um certo esvaziamento do caráter revolucionário atribuído ao ato tradutório em Berman, se considerarmos alguns usos e apropriações "metodologizantes" de suas proposições no tempo presente, sobretudo as famosas tendências deformadoras. Para aprofundar essa questão, basta ler a já citada tese de Simone Petry.

Quando aproximamos Drummond e Quevedo e percebemos a incidência de um ato com sentido aparentemente similar – tradução como exercício –, o cuidado metodológico nos obriga

ABES, Gilles Jean; CUBAS, Caroline Jaques. Por uma ética da resistência: a História na História da Tradução. *Revista Belas Infiéis*, Brasília, v. 10, n. 4, p. 01-18, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n4.2021.36258

a uma outra relação com o tempo. Nossa atenção aqui não será a um evento em si, mas às continuidades e rupturas de um tempo estendido. Aqui prevalece uma aproximação diacrônica ao ato tradutório. É esta percepção que nos possibilitará notar a mudança nos sentidos atribuídos ao ato tradutório no decurso de um tempo. Por meio desta atenção percebemos que em nosso presente, o mundo em que vivemos, com seus valores e velocidades, transformam esse simples exercício em algo distinto.

Em um texto cuja data é imprecisa, o filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser nos diz que "a posse de tempo é liberdade" (Flusser, s.d., p.1). Poucas linhas abaixo, insiste na assertiva e comenta: "ou eu o faço parar, afim [sic] de manipulá-lo e submetê-lo às minhas ordens. Ou sou objeto do tempo." Essa relação que estabelecemos com um tempo acelerado, que agita e absorve aqueles e aquelas que dele não se apossam, ressaltada por Flusser, marca, em certa medida, nosso presente e pode ser compreendida historicamente. Reinhardt Koselleck (2006) ressalta a centralidade da Revolução Francesa e da Revolução Industrial como acontecimentos que impuseram alterações significativas na forma como as pessoas experiencia(va)m a passagem do tempo. O jargão "tempo é dinheiro", atribuído a Benjamin Franklin, tornou-se mote de uma sociedade na qual o uso do tempo é qualificado em termos daquilo que pode ser produzido nele. Tratando já do século XX, Nicolau Sevcenko (2001, p. 17) incorpora à reflexão a questão das inovações tecnológicas que, através de saltos qualitativos, geram a sensação de incapacidade de "prever, resistir ou entender o rumo que as coisas tomam". Levada aos extremos, esta relação com o tempo resulta naquilo que Jonathan Crary caracteriza como 24/7 (2016), a saber, um esquema arbitrário regido pela plena colonização do tempo pela lógica do mercado. Segundo o autor, "hoje são raros os momentos significativos na existência humana (com a exceção do sono) que não tenham sido permeados ou apropriados pelo tempo de trabalho, pelo consumo ou pelo marketing, [...]" (Crary, 2016, p. 24).

Esta colonização do tempo em prol de uma lógica produtivista, quantitativa, de aceleração, que privilegia resultados rápidos afeta, igualmente, a prática tradutória. Tal afirmação pode ser ilustrada pelo que conta Mario Quintana, ao explicar a Araken Távora o abandono de suas funções de tradutor na editora Globo: "eles não compreendiam que eu tinha que demorar tanto tempo quanto Proust levara para escrever o original, para fazer uma tradução digna" (A. Távora, 1986). A busca por esta "tradução digna", implicaria, pois, em uma apropriação alargada do tempo. Em uma utilização do tempo determinada pelas necessidades do próprio texto, do exercício, e não pelas demandas de um mercado. Ainda que o exercício tradutório possa ser motivado por um contrato e, portanto, obedecer a uma demanda de

mercado, cremos que a reivindicação de um ritmo de tempo submetido às necessidades do texto e do ato possam configurar espaços (ainda que tensos) de resistência. Uma tradução como exercício (na medida em que o objetivo é conformado pelo próprio ato tradutório e não apenas pelo produto final proveniente deste ato), uma "tradução digna" ou uma tradução "pelo prazer de traduzir" (retomando as palavras de Drummond) implicariam em uma sorte de uso profanador do tempo, na medida em que a profanação implica na neutralização daquilo que profana. Seria apropriar-se de um tempo para um uso não produtivo, para um uso que não converge exatamente com aquilo que é predeterminado por uma lógica essencialmente mercadológica. A necessidade de tempo para a realização desta "tradução digna" implica, por fim, no reconhecimento de uma impossibilidade, de uma impotência, daquilo que não se pode fazer. Em uma sociedade do desempenho, pautada pelo excesso de positividade e pelo discurso de que se pode – deve – fazer tudo (Han, 2017), reivindicar aquilo que se pode não fazer torna-se resistir. Nas palavras de Agamben (2014, p. 73): "é somente a ardente consciência do que não podemos ser que garante a verdade do que somos, assim, é apenas a visão lúcida do que não podemos ou podemos não fazer que dá consciência ao nosso agir". Lentificar o tempo, ao traduzir, torna-se resistir.

Para Berman (2002, pp. 16-17), a "própria *visada* da tradução" consiste em "abrir no nível da escrita uma certa relação com o Outro, fecundar o Próprio pela mediação do Estrangeiro" e a ética da tradução está em afirmar e defender esta pura visada. Para o tradutólogo francês, a "essência da tradução é ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentralização. Ela é relação, ou não é *nada*" (Berman, 2002, p. 17). Como afirma Mauricio Cardozo (2013, p. 15), "toda tradução articula uma relação com o outro e de que, ao fazer isso, toda tradução também constitui ocasião propícia para uma percepção tanto de si mesmo quanto da ordem relacional que se estabelece e se equaciona entre um eu e um outro na tradução." O que procuramos analisar é a relação do gesto de traduzir com o tempo, no tempo e entre *tempos* (quantitativo e qualitativo). É uma ocasião propícia para uma percepção do que pode ou não a tradução em relação a si mesma. A tradução pode propiciar um tipo de relação com o outro, uma relação não etnocêntrica, uma abertura ao e graças ao outro. Mas, na verdade, a tradução é mais do que relação, pois, como escreve Berman (1984, p. 16) em francês, "elle est mise en rapport, ou elle n'est *rien*" (ela é um pôr em relação, ou não é *nada*).[13] Em outras palavras, a tradução é, num mesmo tempo, abertura, espaço e ação que põe em relação, que promulga uma relação peculiar. Cabe a nós percebermos o *kairós* que o ato tradutório abre, momento oportuno para inscrever essa visão da tradução defendida por Berman: tempo supremo para uma relação

singular. Como afirma Berman (2017, p. 303), caso não tomemos esse tempo para que tal relação se dê, não conseguiremos "escapar das miragens da ingênua repetição do Mesmo." Pior, na concepção benjaminiana, segundo Michael Löwy (2005, p. 90), a "quintessência do inferno é a eterna repetição do mesmo", cujos melhores exemplos são Sísifo e Tântalo. Em suma, quando esse tempo supremo da relação escoe – como a água e os frutos nas mãos do rei da Frígia –, a tradução não é *nada* (ou tão pouco), torna *nula* sua potência e é condenada aos suplícios e perigos da repetição sem fim. Ainda conforme a leitura de Löwy da nona tese de Walter Benjamin sobre o conceito de História – e sua famosa alegoria do anjo (a partir de um quadro de Paul Klee) que, arrastado para o futuro, observa os escombros da História, o desastre que o Progresso representa –, a imagem desse anjo que olha para trás

> sugere, implicitamente, que se a humanidade permitir que o trem siga seu caminho – já inteiramente traçado pela estrutura de aço dos trilhos – se nada vier interromper seu curso vertiginoso, vamos rápida e diretamente para o desastre, o choque ou a queda no abismo. (Löwy, 2005, p. 94)

Portanto, traduzir é um ato político e pode ser um dos atos mais potentes na possibilidade de profanar e conquistar o tempo (*khronos*). Simultaneamente, enseja um tempo (*kairós*) para o gesto ético de descarrilhar o trem 24/7 da mercantilização.

Considerações Finais

A análise construída até aqui procura demonstrar, com base numa "operação historiográfica" (Certeau, 2002), a possibilidade de uma ética da resistência no ato tradutório. Charles Antoine não chegou a conformar uma reflexão sobre a tradução, mas a ela recorreu por reconhecer seu potencial. A circulação das atrocidades da ditadura poderia causar comoção e reação o que constitui uma forma de resistir. Essa circulação era possível apenas através da tradução. De forma diferente, Antoine Berman traz também, em sua reflexão sobre tradução, a possibilidade de resistir. Neste caso, a tradução não é um instrumento mas o espaço mesmo de revolução. Nos casos de Charles Antoine e Antoine Berman, é principalmente buscando compreender o seu tempo – o contexto em que o padre e o tradutólogo viveram –, que se faz possível enxergar outro sentido ao ato de traduzir e a potência da tradução, como instrumento e meio de resistência.

A percepção da tradução como resistência, que enxergamos em Quevedo e Drummond, diante de um imperativo produtivista característico de nosso presente, fez-se possível apenas embasada numa mirada histórica, a partir do momento em que nos propusemos pensar historicamente a tradução. Um rápido levantamento de dados nos permitiria afirmar a presença da tradução como exercício entre os romanos, nos mosteiros e universidades medievais, entre os povos árabes, na educação humanística, nos colégios Jesuítas do século XIX e início do XX, e assim por diante. Tal levantamento, em si, não caracteriza uma reflexão histórica sobre a tradução. É apenas um ponto de partida. Isso porque, retomando Marc Bloch (2001, p.54):

> o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou máquinas) por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.

Um trabalho de pesquisa em história requer, assim, um olhar detido à especificidade de cada um destes contextos e, especialmente, à maneira como homens e mulheres os vivenciaram, se relacionaram, trabalharam, resistiram, estabeleceram redes, projetavam futuros, salvaguardaram o passado e, obviamente, traduziram. É este movimento em relação ao passado que nos permitirá adensar nossa forma de melhor habitar e compreender o presente.

Para tanto, um trabalho de história da tradução, partindo dos lugares e dos sentidos hoje atribuídos a esta prática, implica em: romper as vértebras de nosso tempo, como diria Agamben; considerar a percepção da historicidade tanto do pesquisador ou pesquisadora quanto do objeto de pesquisa; olhar com desconfiança a confortável estabilidade aparente dos contextos; amparar-se em exaustivos "estados da arte" acerca do tema pesquisado; buscar fontes incansavelmente – e de forma crítica — que podem abarcar documentos de arquivo (físico ou digital), jornais, entrevistas, livros, registros fonográficos, imagens, patrimônios, entre outras; portar de forma responsável e perspicaz as ferramentas teórico-metodológicas do campo da História. Estas são as principais armas do pesquisador-ogro da lenda de Bloch. É através delas que podemos, nós também, resistir em nosso presente, tomar nosso tempo,

reivindicar o lugar do estudo, da escrita e do pensamento. Estes que são tão caros e que conformam, ao final, uma prática que se quer consciente, coerente e consistente de história e de tradução.

Se a ética da tradução, retomando Berman, se estabelece numa relação com o outro, ou melhor, na oportunidade (*kairós*) de uma relação com o outro, traduzir constitui também um gesto profanador e subversivo. Em sua relação com o tempo, pode conformar uma resistência à lógica produtivista, como vimos, mas também à lógica colonialista/imperialista.[14] É a operação historiográfica que empregamos, sobretudo na tensão diacrônica estabelecida com as discussões atuais sobre os usos do tempo, que permitiu atribuir um sentido de resistência a práticas vistas como exercícios de tradução (Quevedo e Drummond). Nesse sentido, a atitude de Mário Quintana é simbólica. É também esse trabalho de historiador, num movimento sincrônico de aproximação com um tempo passado, com seus contextos específicos e complexos, que manifestou a tradução como ato de denúncia e revolução (Antoine e Berman). Traduzir, como exercício, atividade, ofício, portanto, coloca-nos a questão de uma ética da resistência.

Para retomar o poema de Baudelaire que escolhemos como epígrafe, o historiador da tradução narra a lenda dos gestos passados, iluminados por uma pequena vela atrás de uma janela fechada. A partir desse mistério que é o passado, de rastros e tênues raios, desse buraco negro ou luminoso, como de um quadro, deve reconstruir, guiado pelas ferramentas teórico-metodológicas próprias à História, uma existência complexa e possível: vidas que pulsam, vidas que sonham, vidas que sofrem ... vidas que resistem.

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2014). *Nudez* (D. P. Carneiro, Trad.). Autêntica.

Andrade, C. D. de. (2006). *O Observador no Escritório*. Editora Record.

Baudelaire, C. (2018). *Pequenos poemas em prosa: o spleen de Paris* (I. Petry, & E. Veras, Trads.). Via Leituras.

Berman, A. (2002). *A prova do estrangeiro: Cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humbold, Schleiermacher, Holderlin* (M. E. Pereira, Trad.). Edusc.

Berman, A. (2017). A terra ama e a borda estrangeira: uma arqueologia da tradução na França (G. J. Abes, Trad.). *Cadernos de Tradução*, *37*(3), 280-304.

Berman, A. (1984). *L'épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humbold, Schleiermacher, Holderlin*. Gallimard.

Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou O oficio de historiador* (A. Telles, Trad.). Jorge Zahar ed.

Burke, P., & Hsia, R. P. (Orgs). (2009). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna* (R. M. dos Santos, Trad.). Editora UNESP.

Cardozo, M. M. (2013). Escuta e responsabilidade na relação com o outro em tradução. *Revista Outra Travessia*, (15), 13-36.

Cardozo, M. M. (2018). História da Tradução: Histórias do que? História para que? In G. H. Pereira, & T. A. Veríssimo (Orgs.), *Historiografia da Tradução: Tempo e espaço social* (pp. 149-166). Pontes Editores.

Certeau, M. de. (2002). *A Escrita da História* (M. L. de Menezes, Trad.; 2a. ed.). Forense Universitária.

Crary, J. (2016). *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono* (J. Toledo, Trad.). Ubu.

Didi-Huberman, G. (2015). *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens* (V. Casa Nova, & M. Arbex, Trads.). Editora UFMG.

Flusser, V. (s.d.). *Ter Tempo*. FlusserBrasil. http://flusserbrasil.com/art84.pdf

Genette, G. (1966). Frontières du récit. *Communications*, *8*, 152-163.

Han, B-C. (2017). *Sociedade do Cansaço* (E. P. Guachini, Trad.). Vozes.

Kosellek, R. (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (W. P. Maas, & C. A. Pereira, Trads.). Contraponto.

Kosellek, R.; Meier, C.; Günther, H.; Engels, O. (2013). *O conceito de História* (R. Gertz, Trad.). Autêntica.

Loraux, N. (1992). Elogio do anacronismo. In A. Novaes (Org.), *Tempo e História* (pp. 57-70). Companhia das Letras.

Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "sobre o conceito de História"* (W. N. C. Brant, J. M. Gagnebin, & M. L. Müller, Trads.). Boitempo.

Petry, S. C. (2016). *A tradução como obra: Relações entre a leitura bermaniana do conceito romântico de obra de arte e sua reflexão sobre tradução* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270065

Rancière, J. (2011). O conceito de anacronismo e a verdade do historiador (M. Costa Netto, Trad.). In M. Salomon (Org.), *História, verdade e tempo* (pp. 21-49). Argos.

Revel, J. (1998). *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise* (D. Rocha, Trad.). Fundação Getúlio Vargas.

Ricoeur, P. (2011). *Sobre a tradução* (P. Lavelle, Trad.). Editora UFMG.

Sevcenko, N. (2001). *A corrida para o século XXI: no loop da Montanha Russa*. Companhia das Letras.

Távora, A. (1986). *Encontro marcado com Mario Quintana*. LP&M.

Távora, B. (2016). *Os prólogos das obas satíricas de Francisco de Quevedo y Villegas: uma proposta de (re) tradução comentada ao português* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

[1] O presente artigo é uma versão ampliada e alterada de uma comunicação apresentada no V Colóquio de tradução que ocorreu em 2019 na UFSC. Resultou em um texto presente no livro *História da tradução: potências de um diálogo*, publicado pela editora Rafael Copetti em 2021.
[2] Do poema "As janelas", *Pequenos poemas em prosa*, 2018, p. 85
[3] Sobre o conceito de *resistência*, ver as obras de Jacques Semelin. *Sans armes face à Hitler: la résistance civile en Europe - 1939-1945*. Paris: Éditions des Arènes, 2013 e de Denise Rollemberg. *Resistência: Memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.
[4] São citados nominalmente por Peter Burke: Antoine Berman, Theo Hermans, Lawrence Venuti, Anthony Pym, Wilhem Graeber e Geneviève Roche.
[5] Conceito este cuja configuração moderna é proveniente do século XVIII.
[6] Designação atribuída aos religiosos missionários, de acordo com a encíclica *Fidei Donum*, publicada em 1957 pelo Papa Pio XII
[7] Texto lido durante a cerimônia fúnebre de Charles Antoine, realizada na Catedral de Belfort em 08 de agosto de 2002. Disponível em http://www.alterinfos.org/spip.php?article1377. Acesso em 18/09/2017.
[8] Texto ainda sem tradução para o português.
[9] São também de sua autoria traduções de Balzac (1954), Proust (1956), Lorca (1959), Molière (1962), entre outras. Cf. DITRA - http://www.dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/CarlosDrummonddeAndrade.htm
[10] Ver Revel, J. (1998). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise* (D. Rocha, Trad.). Editora Fundação Getúlio Vargas.
[11] Cf. nota 9.
[12] O título final do soneto foi: "*A un caballero que quiso traducir un libro en griego, que no entendia.*"
[13] Tradução nossa.
[14] Ver, por exemplo, os trabalhos de Lawrence Venuti, Antoine Berman, Pascal Casanova, Simone Petry, entre outros.